



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2016

Ata n.º 30

Aos vinte e sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:10 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de Outubro e aditamento de vinte e quatro de Outubro e outro aditamento de vinte e cinco de Outubro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público - Controlo Analítico Contínuo do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Albufeira - 2017; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica a Servidores, Storage e Equipamento de Cisco;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Contrato de Extensão de Garantia para Servidores, Storage e Equipamento Cisco para o Município de Albufeira;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica Solução de gestão de Filas de Espera (Algardata,SA) - € 4.670,00 +IVA;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica e Manutenção Servidor de comunicações (Connectis) - € 12.970,00+IVA;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica GIC (Gestão Integrada de Contraordenações) (Sysnovare,Lda)-€7.930,00+IVA;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica e Manutenção do sistema de Gestão Assiduidade (Datelka,Lda)- € 8.450,00 +IVA;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica software gestão piscinas - SportStudio (Arquivandus,Lda)-€ 6.255,00+IVA;-----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência e Manutenção Envelopadora (Pitney Bowes - Intimus International Portugal) - € 4.500,00+IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Atualização de software e Assistência Técnica às aplicações ERP AIRC - € 53.075,00+IVA; -----



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente a II Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P., relativo ao alojamento de dois médicos; -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de adesão do Município à Associação Portuguesa de Habitação Social - APHM;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Roque;-----

PONTO CATROZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Repavimentação do Caminho do Alpouvar";-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Poço da Ataboeira;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Amendoal;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho dos Cortesões;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Barnabé e o Caminho da Vinha;-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Poço das Canas e Arruamentos Adjacentes;-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2017;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS;-----

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Aluguer de Viatura(s) com Condutor para Limpeza dos Coletores das Redes de Águas Residuais e Pluviais, até ao limite de € 74.999,00+IVA;-

PONTO VINTE E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Apoio no pagamento de atividades desenvolvidas pela APEXA para o município João Francisco;-----



PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Anacleto Gil Domingues Baptista (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Fernando José Rocha Cabrita (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Maria Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Grade Cabrita (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório. -----

Faltas: Francisco José Pereira de Oliveira, Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro, Ana Alexandra Pereira e Joaquim Manuel Correia Vieira.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros Francisco Oliveira, Vera Simões, Francisco Guerreiro, Ana Pereira e Joaquim Vieira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista: Anacleto Baptista, Fernando Cabrita, Lurdes Meirinho, João Cabrita e Joaquim Dias.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Célia Pedroso e Ana Vidigal.-----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Miguel Gomes Coelho: "Boa noite. Eu tenho quatro pontos que gostava de vos apresentar. O primeiro ponto é uma palavra de agradecimento à Guarda Nacional Republicana por toda a disponibilidade que tem tido de cada vez que chamo por causa do ruído produzido nos bares da Marina de Albufeira. A presença desta Guarda Nacional Republicana sempre foi suficiente e bastante para que não tivesse necessidade de chamar uma segunda vez na mesma noite. No ponto dois queria dizer que adquirimos um apartamento em dois mil e cinco, no segundo andar, no lote três. O alvará de utilização passado por esta Câmara é bem claro: diz "habitação e estacionamento". Portanto, para este ponto número dois eu tenho duas questões a colocar. A primeira: porque é que a Câmara Municipal de Albufeira nunca consultou a administração do nosso condomínio, do lote três, e tem passado alvarás avulsos para



estabelecimentos que produzem ruído para além dos limites legais? A segunda questão é saber se é real intenção da Câmara Municipal de Albufeira transformar a Marina de Albufeira numa zona da cidade que seja concorrente, por exemplo, com a rua de bares da Oura. No ponto três vou entrar mais em pormenor: o "Bar Sangria Lounge Club", como o nome diz tem o conceito Lounge. Todos nós sabemos que "Lounge" é o sítio onde nós podemos escutar música e isto não tem nada a ver com discoteca. Portanto, não é assim que tem funcionado. A minha primeira reclamação foi no dia um de Julho de dois mil e doze. Enviei um email para o administrador da Marina de Albufeira e para a administração do condomínio lote três. Nesse email fui bem claro e informei que nos dias vinte e dois, vinte e três, vinte e nove e trinta, portanto, às sextas e aos sábados, aproximadamente pela meia noite e pela noite a dentro, ligam a música de forma a que as estruturas do prédio entram em ressonância perturbando o nosso descanso. Não recebi qualquer resposta a este email e voltei a insistir no dia dezanove de Julho de dois mil e doze e passo a ler (enviei à uma hora e trinta e seis minutos): "São uma hora e trinta e cinco minutos e não conseguimos dormir. Verificaram a conformidade deste estabelecimento de selvagens?" Não tardou a resposta nesse próprio dia. Às dez horas e onze minutos o senhor administrador da Marina de Albufeira escreveu-me: "Exmo. Senhor. Alertámos os responsáveis do estabelecimento para as suas queixas. O *staff* e eu próprio não temos meios de aferir se o estabelecimento está ou não dentro da conformidade legal e, por conseguinte, nada podemos fazer. Assim, se Vossa Exa o entender, apresente a sua queixa às entidades competentes," Recordo que isto foi a dezanove de Julho de dois mil e doze. Vamos saltar do ano de dois mil e doze para o ano de dois mil e quinze. Como sou engenheiro civil, cumpri o que o senhor Dr. Passos Coelho disse para nós emigrarmos e fui para África mas tenho aqui uma cópia de uma carta desta Câmara endereçada ao vizinho do rés-do-chão, o Sr. Eddy Maís. Esta Câmara, no dia nove de Dezembro de dois mil e quinze, escreveu como assunto "Reclamação de ruído do "Bar Sangria". Vou ser muito sucinto: basicamente o proprietário deste apartamento no rés-do-chão é informado que o relatório de medição dos níveis de pressão sonora, critério de incomodidade, elaborado após medições efetuadas na habitação deste senhor, revelou que a atividade do "Bar Sangria", no período noturno, não cumpre o critério de incomodidade e foi aberto um processo de contraordenação por prática de contraordenação ambiental grave, e que o proprietário do Bar Sangria irá efetuar o isolamento sonoro do estabelecimento, sendo que, após a realização das obras, será necessário que seja facultado o acesso ao interior desta habitação para a realização de nova medição acústica. Estamos a falar em nove de Dezembro de dois mil e quinze. Em relação a este email que o Sr. Eddy Maís recebeu da Câmara, ele respondeu-vos, precisamente no dia dois de Junho de dois mil e dezasseis, em inglês mas eu vou traduzir: "Boa noite. Estivemos no nosso apartamento de sábado, de vinte e um de Maio até ao dia vinte e nove de Maio. Especialmente a última sexta-feira e sábado foram terríveis. Estiveram a colocar



música da meia-noite até às quatro e trinta da manhã. É uma loucura! Eu não consigo entender como isto é possível e permanece possível. Por favor, façam algo sobre isto". Sobre isto eu tenho uma questão: o que é que esta Câmara fez desde o dia em que recebeu este email do Sr. Eddy Maís, que é desde o dia dois de Junho de dois mil e dezasseis, até ao corrente dia? Por último vou para o ponto quatro. No dia vinte e oito de Setembro deste ano apresentei uma reclamação no Gabinete de Apoio ao Município (GAM) não só sobre o "Bar Sangria Lounge Clube" mas também sobre o outro Bar ao lado que é o "Irish Pub Jack". Estão inseridos no lote três, conforme eu já vos disse, e nós, condóminos, não nos pronunciámos se queríamos ter estes estabelecimentos lá por baixo e penso que a administração não deve ter sido consultada. Na reclamação que apresentei aqui no dia vinte e oito de Setembro solicitei a verificação dos níveis sonoros destes bares e fui informado que, no prazo de uma semana, a Polícia Municipal, a GNR ou técnicos da Câmara iriam verificar esses níveis sonoros. Quero dizer que tal nunca chegou a acontecer. Então, passado uma semana, voltei a este Gabinete, no dia sete de Outubro, e voltei a apresentar uma nova reclamação. Solicitei novamente a verificação dos níveis sonoros destes bares, ou seja, até ontem, não disseram nada, não fizeram nada e eu tenho que levar com aquela música. Tenho o meu pai doente, a minha mãe doente e é um "boom, boom, boom", é uma coisa impressionante. Só a GNR é que nos tem valido. Conforme comecei a minha intervenção vou concluir dizendo que tenho duas questões a colocar neste ponto. Uma é: por que motivo é que a Câmara passa alvarás de utilização a bares, discotecas e depois, conforme referi, não tem capacidade para fiscalizar o funcionamento destes estabelecimentos? A segunda questão é: qual é o prazo médio de resposta da Câmara quando um munícipe apresenta uma reclamação, ainda por cima sobre estas políticas ambientais graves?" -----

Licínio Pereira: "Eu vou falar sobre os problemas nos Olhos de Água. Tenho um estabelecimento comercial e um apartamento na praia dos Olhos de Água, o último do lado esquerdo. Há um ano atrás houve problemas em Albufeira e nos Olhos de Água. Comigo já é normal: todos os anos a mesma coisa. Mas agora houve umas chuvinhas e a minha casa inunda com águas que vêm de fora. Tenho um terraço, tenho um acesso ao primeiro andar, tenho um corredor e tenho que ter um buraco para as águas pluviais saírem por lá quando chover. Quando chove, e basta chover um pouquinho mais, as águas pluviais vêm pelo buraco acima, inundam-me a casa, estragam máquinas, estragam tudo. Basta chover um bocadinho, basta alguém ali dos lados do Pássaro Azul vazar uma piscina, que a água vai dar lá. Porque é que a água das águas pluviais vai dar ali todos os anos? Aquela casa estava mais alta do que a praia. Foram feitas as obras (já foram feitas há quarenta anos) mas deviam ter salvaguardado as coisas. Eu salvaguei todos os meus interesses: tenho buracos para a praia, tenho escoamento, tenho tudo. Agora quando a água vem de fora eu não posso fazer nada. Se eu tapar aquele buraco, a água da chuva não tem por onde sair. Basta chover um bocado que a manilha de água pluvial enche e volta para trás e eu fico inundado: o que é que eu posso fazer? O que é



que a Câmara faz por isso? Nada. No ano passado aquilo inundou. O que é que fizeram? Levaram lá um carro a lavar a rua uma semana depois. Eu tive o bar fechado vinte e tal dias porque aquilo estragou-se tudo. Vinte e tal dias depois, quando fui lavar a esplanada, as sarjetas estavam entupidas com lama barrenta seca. Nem a lama das sarjetas tiraram. Os Olhos de Água não têm nada. Ninguém limpa sarjetas, ninguém faz nada, nem limpeza da rua. Choveu na segunda-feira, a areia está toda lá. Há uma semana e meia atrás as Águas de Portugal estiveram a tirar, desculpem lá o termo, merda para a praia às quatro da manhã. Da estação elevatória ligaram um tubo, estavam marés vivas, a maré batia no murro, atiraram porcaria para a praia mas não lavaram a estrada. No outro dia de manhã ninguém conseguia estar lá. Quarenta e oito horas depois, naquele largo, o cheiro era horrível. Nem a estrada lavaram! Os dejetos que ficaram da mangueira até às sarjetas ficaram ali. Telefonei para a Câmara porque toda a gente foi ter comigo e ninguém quis telefonar. Não pode ser! Estamos em dois mil e dezasseis. A gente não pode estar sempre a ser prejudicado porque a Câmara não tem infraestruturas. Tem que se arranjar maneira, não de favorecer alguns, mas de não prejudicar ninguém, já para não falar no estacionamento e isso é outro caso. Se eu vou falar de estacionamento não há problema: a gente, de inverno, abre o pino e facilita alguns e prejudica outros. E deixo o pino aberto vinte e quatro horas por dia. Também não pode! Temos que arranjar soluções para não prejudicar ninguém, é só isso. Estou sempre a ser prejudicado, basta vir uma chuvinha forte. Albufeira é mais falado porque são mais, são muitos. Eu estou sempre a ser prejudicado. Tenho máquinas que ainda não trabalham por causa de uma chuvinha de meia hora. A água não é minha, vem de fora para mim. O que é que eu posso fazer? Deitei-me no corredor, de um lado, estava lá o senhor estrangeiro deitou-se no outro, arranjei uma bola de trapos e pus lá no buraco para a água não entrar mas ela entrava. A gente não tem força para a segurar e se chover muito, o que é que eu faço à água da chuva? É só isso. Gostava de resolver este problema. Posso ajudar a resolver se a Câmara concordar. Estar sempre a ser prejudicado cada vez que chove, não pode ser? Há certas piscinas ali por trás do Pássaro Azul. Uma vez, há muitos anos, a primeira vez que aquilo aconteceu, houve um senhor que vazou uma piscina e a água veio dar à minha casa. Como é que é possível? É impressionante! E gostava que alguém pelo menos se dirigisse a mim e me explicasse o que é que eu posso fazer, quais são as soluções. Cada vez que chove, estou lá. É à meia-noite, é às duas, às quatro, estou sempre, é só chover meia hora seguida para inundar. A inundaçãõ não vem da minha casa, vem de fora para dentro. Aquilo é muito pequenino. Não sei, só sei que estou sempre inundado."-----

Tatiana Lourenço: "Boa noite. Eu venho aqui como representante da loja "Exótica", na baixa de Albufeira, de que o meu avô é o proprietário mas ele não se encontra em condições de sair de casa à noite. Então, trago aqui um leque de perguntas que ele gostaria de fazer. Primeiro: saber o porquê de pedirem tanta papelada relacionada com a vida dele, se era meramente uma questão de estatística para saber que valor



apresentar ao Governo; segundo: como poderiam os comerciantes saber o valor exato daquilo que perderam, visto que a maioria das faturas foi na cheia? Agora é que se sabe o valor que foi necessário para a reposição de todo o material e agora é que teria que existir uma reavaliação dos gastos; terceiro: qual foi o critério de escolha para que uns tivessem recebido e outros não? Quatro: porque é que no início disseram que os comerciantes não iriam ter despesas em relação à via pública e, no entanto, pediram que tirássemos novas licenças de ocupação da via; e por último: o que é que foi feito de novo para que tal situação não volte a acontecer e se pretendem dar algum auxílio aos comerciantes, visto que partitamente ninguém recebeu nada lá na baixa de Albufeira?". -----

Presidente da Câmara: "O senhor engenheiro Miguel Gomes Coelho lançou aqui uma série de questões com toda a razoabilidade e pertinência. Sendo a primeira a questão do licenciamento tem a ver com o facto de haver ou não a possibilidade de fazer este tipo de licenciamento numa determinada fração. Portanto, isso é algo que, presumo, terá sido visto pelos serviços, mas naturalmente que irei ver esse processo para ver se está tudo em conformidade. Quanto à questão da consulta ao condomínio: não faz sentido consultar o condomínio porque as propriedades em propriedade horizontal estão, precisamente, caracterizadas por haver áreas comuns e áreas privativas em que os destinos de umas e de outras estão consignados nos alvarás da propriedade horizontal. Haverá lugar a consulta não ao condomínio mas a outros condóminos, ou à totalidade dos condóminos, para alteração do uso de frações, se for esse o caso. Terá que haver um consentimento, por maioria qualificada, se não maioria absoluta, mas o condomínio é o mero administrador das partes comuns e não tem essa legitimidade. Quanto à questão que coloca também do ruído, recordo que houve alguns processos sobre ruído que foram para a Câmara Municipal. Lembro-me de o nome "Sangria" ter ido à Câmara e lembro-me de um outro que mandámos encerrar enquanto não tivessem sido feitas obras. Quanto às reclamações que o senhor fez e que não obtiveram resposta, vou ver o que é que se passa, provavelmente ainda andaré nos serviços. É uma obrigação da administração pública dar-lhe uma resposta. Portanto, irei ver já amanhã o que é que se passa para que lhe seja dada a resposta para ficar elucidado sobre o assunto. -----

Quanto ao senhor Licínio, agradecia que antes de ir embora deixasse o seu contacto telefónico porque vou mandar lá os serviços para ver o que é que se passa porque eu não tinha informação de nenhuma inundação nos Olhos de Água. Tive informação que a água também foi tormentosa por aqueles lados, à semelhança do que foi na baixa, mas não tinha informação de que o senhor tinha tido esse problema que se repete sempre que chove, passei a ter agora e temos que ver se é de resolução fácil, ou difícil e o que é que se poderá fazer. -----

Quanto à Tatiana, eu sei que as pessoas da baixa não estão satisfeitas com o que se passou, não estão satisfeitas inclusive com a questão indemnizatória de que tivemos



notícia recentemente. A Câmara funcionou como vossa empregada, nós fomos o elo de trabalho para ajudar as pessoas de Albufeira a fazer os seus processos para mandarem para Lisboa. Como sabe, os processos foram para Lisboa porque a decisão não era nossa, não nos cabia a nós tomar a decisão quanto não só à ilegitimidade das candidaturas nem quanto os montantes a atribuir. Nessa comissão tivemos um representante do Município e que esteve sempre a tentar alargar os critérios o mais possível e a protestar sempre que os critérios se estreitavam porque é natural que o Município defenda a sua população. No entanto, houve propostas que não passaram porque era uma pessoa no meio de uma maioria que fez aquilo que entendeu com os critérios que fixou. E o que o Estado fez foi pensar mais ou menos o seguinte: vou eleger "X" candidaturas segundo critérios de impossibilidade de recuperação da vida normal e, depois, deixaram de fora as questões da reposição de *stocks*. Enfim, automóveis também eram para não ficar mas depois lá ficaram porque os nossos técnicos exigiram isso mas chegaram a uma conclusão de qual era o valor a atribuir e quem é que seria elegível para esse valor. E, para quem não era elegível, criaram duas linhas de crédito: uma para comerciantes e outra para a indústria hoteleira. Uma das condicionantes, e é aqui que a Câmara tem tido um papel, é a emissão de uma certidão que o requerente leva ao banco que aprova ou não os danos reclamados. A partir do momento em que faço a tal declaração, perco o controlo, deixo de saber o que se passa entre o cliente e o banco, e também não posso ir perguntar ao banco porque estariam a violar o segredo bancário. Até agora, que eu saiba, não foi recusada nenhuma porque sou eu que as assino e têm sempre a informação dos serviços. Até agora não tenho conhecimento de nenhuma que tivesse sido objeto de indeferimento. Hoje tomei conhecimento, porque hoje também vieram reclamar três munícipes, que não só não receberam a indemnização como indo ao banco, foram considerados não elegíveis para essa linha de crédito. O que se combinou fazer, e estive lá também com a nossa jurista, é que iremos não só contactar telefonicamente o Estado nessa matéria, como também iremos fazer um ofício, reclamando a posição dos comerciantes de Albufeira que se sentem insatisfeitos com a questão. Porque o que nós tivemos em danos privados orçou mais ou menos vinte milhões, dos quais cerca de quinze milhões foram pagos pelas seguradoras. Sobraram, portanto, cinco milhões e o número que nos aparece é de cento e poucos mil euros. Não tenho presente o número exato, mas é cerca de cento e tal mil euros, o que parece significativamente pouco comparativamente com o dano em causa. Contudo, o raciocínio que foi feito não estará de todo incorreto se funcionasse na prática, ou seja, a pessoa poder financiar-se com juros bonificados. Só que parece, e eu presumo que o Estado esteja no desconhecimento dessa situação, que as pessoas querem recorrer ao crédito e este lhes está a ser recusado. Hoje falei com essas pessoas, vocês sabem quem são, para nós apresentarmos a situação ao Governo, neste caso ao Secretário de Estado da Administração Interna, que é quem tem a tutela nesta matéria, ele e a Proteção Civil.



Sei que a Proteção Civil Distrital já andou a contactar pessoas. Disseram que era a Câmara mas não era a Câmara, foi a Proteção Civil Distrital que andou a consultar as pessoas. Nem foi dito ninguém para vir entregar números - já ouvi também essa conversa, que vinham para entregar os números aqui na Câmara, os N.I.B.'s. - isso não sucedeu. Foi a Proteção Civil de Faro que foi fazer esse trabalho, foi contactar as pessoas e, naturalmente, pediu os N.I.B.'s, a essas pessoas para eles, Proteção Civil de Faro, que é onde estão estes fundos, ressarcir estas pessoas que foram contempladas. Quanto às outras, penso que, os que sentirem que há injustiça nestas questões, seja por não lhes ter sido atribuído o direito a indemnização ou por considerarem que não lhes está a ser atribuído aquilo que o Estado consignou, que foram as duas linhas de crédito, entendo que devem manifestar isso e mais uma vez a Câmara está disponível para servir de porta-voz no sentido de dar a saber lá em cima o que se está a passar cá em baixo, porque provavelmente nem sabem, eu parto do princípio que nem devem saber dessas recusas nas linhas de crédito das entidades bancárias. Aí passamos do diálogo, que poderia ser bom, para algo que só foi bom no papel, não serve para nada. Hoje estiveram cá três munícipes e eu estou disponível para receber todos os que quiserem e tenho os técnicos disponíveis para continuar a fazer a defesa dos vossos interesses, que é o que compete a qualquer Câmara Municipal. -----

Em relação à questão da Drenagem de Albufeira, e pode-se incluir os Olhos de Água, o que estamos a fazer, há quase um ano, é maximizar as infraestruturas que temos. Temos feito limpeza de canalizações, não só com os nossos serviços como contratando serviços, temos tido uma cautela imensa com a questão da estacada-cais, porque aquela obra deve ter ali qualquer defeito de conceção, porque a primeira vez que eu lá estive, já este ano, há um mês, foi nas primeiras chuvas, que sabíamos que ia chover, tivemos lá e retirámos de lá toneladas e toneladas de areia, porque o mar entupiu completamente toda aquela estacada-cais. Antes destas chuvas, e de lá para cá, todas as semanas temos mantido aquilo em aberto, mas é impressionante a capacidade de reposição de areia, dentro daquela estacada-cais, e, portanto, não houve, até agora, qualquer problema derivado a entupimento da saída das águas, tem que haver sempre a saída das águas. O que estamos a fazer, neste momento é maximizar as infraestruturas que temos e detetarmos, também, pequenas obras que possam já ser feitas para melhor escoamento das águas. Isso é o que estamos a fazer e a fazer pequenas intervenções. Quanto ao problema de Albufeira, é o problema da baixa, das Ferreiras, de Olhos de Água, enfim, de muitos sítios. Temos um problema fundamentalmente na baixa de Albufeira porque temos uma ribeira canalizada para o centro de Albufeira. Era uma zona de cheia, por natureza, e nos anos cinquenta, no século passado, foi feito um túnel em que o leito dessa ribeira vai escoar perto do Sol e Mar. Contudo, é insuficiente e o que se está a pensar, e vamos apresentar no dia dois de Novembro (não foi por nada, foi a data que calhou) vai ser apresentado pelo Professor Saldanha e Matos o projeto para resolver a situação. Vai ser aqui e quem



quiser pode vir assistir, desde já está convidado a estar presente. Eu pensava fazer no auditório, só que temos o auditório em obras. Vai-se apresentar o projeto em que se prevê a construção de um novo túnel que irá sair sempre acima do nível da água do mar. Na estacada-cais temos o problema das marés: quando a maré está cheia, em vez de a água sair, ainda entra, mas o novo túnel, que fica situado ao nível máximo das marés, e que também já prevê que o nível do mar poderá subir até ao final do século cerca de setenta centímetros, evita essa situação. Fazendo já estas previsões todas, temos a trabalhar nisso o Professor Saldanha e Matos, que é professor no Técnico e que foi o homem que fez o Plano de Drenagem de Lisboa que foi aprovado e que tem estado em muitos outros Planos, não só Nacionais como Internacionais, e que, em colaboração também com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que terá que vir fazer as sondagens para evitarmos surpresas na obra, vai desenvolver o projeto. Este túnel é uma obra que está estimada em cerca de quinze milhões de euros e que tem que ser feita para evitarmos uma catástrofe futura. Porque, muito embora os senhores professores da área de engenharia se refiram às águas pluviais, que o que sucedeu em Albufeira, não há memória. Este projeto terá um período de retorno de cem anos, que é fixado em termos teóricos. Lembro-me de ter estado num colóquio com toda a massa cinzenta portuguesa, e estava também lá estrangeira, nomeadamente americana, eu disse que, não sendo técnico na área de Engenharia, mas sendo um homem de Direito, pedia uma garantia sobre este período de retorno de cem anos. Aí ninguém me deu porque ninguém sabe quando é que o pior pode acontecer. Esperemos que não aconteça, mas ninguém pode dar garantias disso, portanto, a obra tem que ser feita. Já ouvi também uma vez uma crítica: "Fazer esta obra que não vale a pena. Os seguros cobrem os danos e as pessoas já estão alertadas para isso". E eu disse: "E se tivéssemos perdido uma vida? Quanto é que vale uma vida?" Vou querer que a população de Albufeira acompanhe esta obra, e não só a população como a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, e quando digo eu, estou a falar de nós todos na Câmara, vamos querer que a população acompanhe isto porque vai haver aqui um sacrifício financeiro grande. Porque, a seguir a este grande investimento, terão que ser feitos outros adicionais de recolha de águas de superfície para serem canalizadas para o túnel existente. Também vamos fazer o aproveitamento integral das infraestruturas existentes, em que também o caneiro será cerceado, pelo menos na 25 de Abril, desse túnel, para evitar que águas que venham da ribeira ainda aumentem a enchente na 25 de Abril ou na Rua Cândido dos Reis. Quanto à Rua Cândido dos Reis, na parte mais baixa também já está diagnosticado que terá que ser feita uma estação elevatória para canalizar as águas que aí se depositarem para escorrerem para o túnel. Isto está tudo a ser estudado, penso que está já bastante bem estudado, por isso vai ser apresentado agora no dia dois e depois seguirão os procedimentos todos para conseguirmos fazer esta obra, que eu acho que deve ser feita em Albufeira. É uma obra que ficará e perdurará para proteger, para que não sucedam catástrofes como aquela.



Até lá o que temos que fazer é maximizar as infraestruturas que temos e aqui e ali resolvermos pequenos problemas. Penso que agora já respondi a tudo".-----

Tatiana Lourenço: "No início foi dito que os comerciantes, como perderam bastante, não tinham despesas em relação à via pública. No entanto, foi pedido que voltássemos a tirar novas licenças este ano".-----

Presidente da Câmara: "Houve um período de isenção que, se calhar, já terminou".-----

Tatiana Lourenço: "Terminou no início do verão".-----

Presidente da Câmara: "No verão é o normal."-----

Tatiana Lourenço: "No tempo até à reconstrução das lojas e tudo mais, que foi mais ou menos até Março, esteve tudo fechado. A partir daí foram pedidas novas licenças, como é que explicam isso".-----

Presidente da Câmara: "Então, tiveram um período de isenção e outro período de não isenção".-----

Tatiana Lourenço: "Em que estiveram fechados, não é?".-----

Presidente da Câmara: "Então, é dirigir um requerimento à Câmara Municipal, que é aí que se inicia o processo de podermos avaliar a pretensão. Eu agora não me vou pronunciar sobre isso".-----

Tatiana Lourenço: "Isto é só uma das falsas promessas que fizeram".-----

Presidente da Câmara: "Falsas promessas não! Eu não prometi nada disso, atenção!" ---

Tatiana Lourenço: "Mas foi dito".-----

Presidente da Câmara: "Foi dito por quem? Por mim não foi".-----

Tatiana Lourenço: "Foi dito pela Câmara".-----

Presidente da Câmara: "Pela Câmara? Eu é que sou o Presidente da Câmara, só eu é que vinculo a Câmara. Desculpe, pela Câmara não foi de certeza. A única pessoa que representa a Câmara sou eu. Se eu não disse, a Câmara não disse".-----

Tatiana Lourenço: "A Câmara é um conjunto".-----

Presidente da Câmara: "Não a Câmara, não é um conjunto. Quem representa a Câmara sou eu".-----

Luísa Veiga: "Disseram lá em baixo".-----

Presidente da Câmara: "Podem dizer tudo o que quiserem."-----

Luísa Veiga: "Como disseram da água - que o primeiro mês da água iam perdoar."-----

Presidente da Câmara: "Isso é verdade".-----

Luísa Veiga: "Perdoaram a água mas não perdoaram a via pública".-----

Presidente da Câmara: "Perdoámos a água, exatamente. Realmente foi dito e cumprimos".-----



Luísa Veiga: "Mas a via pública não".-----

Presidente da Câmara: "Mas isso também não dissemos. Houve, depois, a isenção normal. Durante o inverno nós temos um período de isenção e não fazia sentido estar a isentar o que estava isento".-----

Luísa Veiga: "Nós fomos tão prejudicados!" -----

Presidente da Câmara: "Façam favor de apresentar que nós avaliaremos a justeza da pretensão. Agora estão aqui a falar nisso e é a primeira vez que estão a falar nisso. Eu acho bem que falem, mas até agora nós não tivemos nenhum pedido nesse sentido."-----

Tatiana Lourenço: "Achei que aqui era o momento ideal para perguntar".-----

Presidente da Câmara: "E é. É sempre um bom sítio para perguntar mas deverá começar essa pretensão com um requerimento dirigido ao Presidente da Câmara de Municipal de Albufeira que o encaminhará para os serviços para avaliação e informação. Depois irá a decisão política da Câmara, que por sua vez mandará para a Assembleia Municipal tomar a decisão final. Mas fez muito bem ter vindo aqui apresentar. Está a alertar-nos a todos, e aqui à Assembleia Municipal, para uma pretensão que nós desconhecíamos até agora Eu, pelo menos, não conhecia". -----

Tatiana Lourenço: "Os comerciantes falam todos entre si".-----

Presidente da Câmara: "Mas se não disserem nada à Câmara nós não sabemos, não adivinhamos". -----

Luísa Veiga: "Se não fosse a Câmara a levantar esta lebre, nós não nos íamos lembrar".-----

Presidente da Câmara: "Alguém da Câmara pode ter dito, mas não foi decisão da Câmara."-----

Luísa Veiga: "Lá em baixo, quando foi das cheias, os senhores disseram sim senhor."-----

Presidente da Câmara: "Mas quais senhores?"-----

Luísa Veiga: "O senhor!"-----

Presidente da Câmara: "Eu não!"-----

Luísa Veiga: "Disse tanto como disse da água."-----

Presidente da Câmara: "Da água, de facto, falou-se e falou-se na reunião de Câmara. Falou-se em isentar a água. Não me lembro já bem o mês, mas falou-se nisso. Quanto à isenção de ocupação da via pública, naqueles meses não valia a pena porque já estava isento. E ninguém me falou mais disso, peço desculpa. Está algum requerimento? Eu não conheço, sinceramente não conheço."-----

Luísa Veiga: "É uma coisa que não ficou esclarecida, em relação a este assunto, foi o



critério que fizeram para a recolha de a quem deram as indemnizações. Foram as bancas e os carros. As bancas são estabelecimentos de Albufeira. Os estabelecimentos são bancas porque nós temos funcionários, temos rendas de casa, pagamos impostos, faturas, temos contabilidade organizada. Não houve uma ajuda sequer para uma lata de tinta, mas fizemos tudo com o nosso corpinho e a pouca ajuda que o nosso banco ofereceu aos clientes de Albufeira que foram afetados. Ofereceu uma linha de crédito, não foi a Câmara."-----

Presidente da Câmara: "Foi a Caixa Agrícola?"-----

Luísa Veiga: "Não. Foi o Banif, na altura."-----

Presidente da Câmara: "A Caixa Agrícola também abriu uma linha de crédito bonificado na altura."-----

Luísa Veiga: "Mas foi uma coisa pessoal para ajudar os comerciantes clientes deles, para termos uma resposta rápida, porque não era agora, nesta altura, que íamos esperar receber algum. Que não recebemos para fazer as obras. Nós tivemos em atenção que a cidade de Albufeira, e a baixa em especial, é uma zona muito visitada por turistas. Nós trabalhamos e só vivemos do turismo. Nós esforçamo-nos ao máximo para dar o nosso melhor com dificuldades e muitas ajudas também para pôr aquilo em ordem. Porque a sala de visita também é a Câmara. Nós não trabalhamos só para pagarmos impostos. É para agradar aos clientes, é para nosso bem-estar, e ficamos um pouco surpreendidas como é que as senhoras das bancas foram convidadas a mandar o N.I.B. para receber e nós temos uma pessoa em Albufeira, e o senhor conhece bem quem é, que perdeu tudo de uma casa, tudo, só ficou com o esquentador e não teve uma mínima ajuda. Acho que não teve uma única ajuda: perdeu mobílias, perdeu o chão, perdeu roupas, perdeu tudo! Se não tivesse a sogra por cima para se ir acolher... Não houve uma atenção? Então, aqui não há ajuda e para as bancas há. Porquê? As bancas são mais credíveis? Têm melhores condições? Precisam mais? Não têm empregados. Aliás, até têm empregados! Até ganham para empregados! Nós ficamos um pouco tristes. Quando se bate com o carro, quem tem culpa é que paga. Não é: Olha tens um carro BMW e tens mais outro? Não vais levar ajuda nenhuma. Portanto, quem bate, paga. Aqui, nós fomos prejudicados, todos os anos somos prejudicados por aquilo. Esta foi a maior e não temos uma atenção. Aliás, em relação a esses esgotos, quando foi a Polis, nós viemos cá e explicámos essa entrada da areia, vieram pescadores e pessoas entendidas e toda a gente levou a mal. Como é que nós viemos aqui dar uma ajuda, nós sabemos que são pessoas da terra, nós sabemos que os nossos pais e avós, que viveram



aquela dificuldade toda, que ali naquele centro, que era o rio, era o mar. Andavam ali barcos porque aquilo é uma zona muito difícil e as pessoas que vivem ali conhecem o assunto."-----

Alice Guerreiro: " Eu não podia falar duma coisa que eu não tinha ouvido. Esta menina vinha falar em nome de nós todos mas agora eu quero fazer um aparte sobre as bancas. Eu queria saber se as bancas, que têm lá as caixas e perderam os seus bens, estão licenciadas e se estão autorizadas pela Câmara. Esse é o primeiro ponto. Agora vai a Proteção Civil ter connosco para nós protegermos as nossas coisas e nós fazemos os possíveis para nos protegermos mas não podemos pegar e levar. Queria fazer outra pergunta: sou um pouco inculta, ainda não fui ao dicionário, queria saber o que quer dizer a palavra "vendedor ambulante". Na minha pouca capacidade é: tirar as coisas e levar; é estar hoje aqui e estar noutro lado amanhã. Esses dois pontos é que eu gostaria de saber: porque é que estas pessoas são ressarcidas e nós não? Outro ponto que o Senhor Presidente disse, que se eu me posso dirigir a ele é devido à minha idade, era o que exigiam os Bancos, era quem tinha tudo pago: a Segurança Social, as Finanças. Eu tenho tudo pago, não devo nada a ninguém, mas como tenho setenta e sete anos, não tenho direito a esse Fundo porque a minha idade não permite. Sou tão prejudicada como as outras pessoas que vão ser ajudadas nesse sentido. Portanto, não sei se me posso dirigir ao Senhor Presidente para fazermos alguma coisa nesse sentido. Acho que tenho esse direito. Eu não podia intervir antes de ouvir o Senhor Presidente falar, e por isso peço muita desculpa, e gostaria sobretudo que me respondesse se estão autorizadas e foram licenciadas as caixas de vendedoras ambulantes que perderam os bens que lá tinham."-----

Urânia Simões: "Eu ouvi aqui as explicações relativamente aos danos causados pela intempérie do passado primeiro de Novembro. A minha primeira questão é que a Câmara Municipal se isentasse de qualquer responsabilidade sobre os danos causados, uma vez que há pouco a justificação que foi dada, foi que seria o Estado. Seria tudo direcionado para Lisboa, que a Câmara servia única exclusivamente como elo de ligação, que era nossa empregada. Aquilo que eu depreendo dessa afirmação é que se está a isentar de qualquer responsabilidade e eu gostaria que houvesse alguma explicação quanto a isso. O segundo ponto vai ao encontro daquilo que aquela senhora disse. Realmente é um facto que foram criadas duas linhas de crédito que visavam única e exclusivamente obras e equipamentos. Ora pessoas que perderam tudo, toda a matéria-prima, que já não têm idade para pedir empréstimos, muito menos forças, que



é o caso da minha mãe. Tinham despesas, ficaram muitas dívidas porque havia muito material à consignação, mais material novo que tinha chegado. Portanto, se só cobriam obras e equipamentos, onde se vai buscar o dinheiro para a matéria-prima? Não se vai! Com setenta anos a coisa complica-se um pouquinho mais. Portanto, a Câmara pretende arranjar alguma solução para as pessoas que se encontram nessas condições? A segunda questão tem a ver com a Conta de Urgência ou Conta Solidária. Até à data não se ouviu informação alguma sobre isso. Sei que já houve algumas deliberações quanto a isso mas não se sabe o destino do dinheiro que foi parar a essa conta emergência. Mesmo que sejam tostões, se foi uma conta solidária criada publicamente, em que houve várias contribuições, inclusive de outros pontos do país, convinha que, se houve deliberações, que as mesmas também fossem tornadas públicas, não por despacho mas por editais e atas publicadas no *site*. Da mesma forma que esta foi criada e foi divulgada, na altura da intempérie por razões óbvias, acredito que muitos dos lesados da altura ainda estejam com falta de forças, falta de energia, que a sua resiliência se resuma a manter-se à deriva para não irem ao fundo e que lhe falte um bocadinho de alento para tentarem fazer alguma coisa. Porque um ano está a passar, faz terça-feira um ano que aconteceu, e, sinceramente Senhor Presidente, vejo muito pouca ação da sua parte porque disse mesmo que era o único representante da Câmara. Vejo muito pouca ação da sua parte para ajudar quem realmente ficou mal. Não são contas, linhas de crédito especiais que vão ajudar, na medida em que ficaram dívidas e essas linhas de crédito não cobram essas dívidas. Mais perguntas haveriam a fazer mas não aqui porque é difícil o raciocínio correr, o nervoso também não ajuda, mas gostava que essas respostas me fossem dadas."-----

Presidente da Câmara: " Em relação à pergunta da D. Alice Guerreiro, esta questão das caixas sinceramente não sei. Quanto à recusa de crédito pelo facto de ter setenta e sete anos, hoje contaram-me que uma pessoa que, naturalmente por só ter saído o resultado agora passado quase um ano sobre a intempérie, teve que se socorrer de um outro crédito. Foi ao Banco e o Banco diz "Não". Você já tem um empréstimo já não tem direito a empréstimo mais nenhum. Acho que é uma barbaridade porque a pessoa pensava, com o empréstimo caucionado, pagar o outro que tem juros mais elevados, o que é perfeitamente legítimo. Essa foi uma situação que me foi hoje apresentada. Portanto, acho que deve vir porque nós estamos disponíveis para ajudar. Quanto à D. Urânia, de facto, esse seu julgamento, de que a Câmara ou que eu não tenho feito o suficiente, é um julgamento, é uma conclusão, mas é uma conclusão sem factos porque



eu fui acusado precisamente pelo Governo de estar a mandar recados e de estar a ser demasiado defensor dos direitos dos Albufeirenses e que "para mandar recados", e foi dito à Dra. Ana Nunes e Dra. Dina, "para mandar recados o Senhor Presidente que venha cá, não precisa mandar recados pela comunicação social." Quanto à postura que a Câmara teve e o Município teve desde o início foi de defender os munícipes. Eu não aceito esse julgamento da isenção de responsabilidade porque nós, Município e trabalhadores da Câmara, estivemos sempre disponíveis para os munícipes de Albufeira. Os trabalhadores trabalharam o tempo todo sem se queixarem, com uma pressão imensa porque eram muitos os papéis exigidos lá por cima. Note que as questões têm que ser tratadas conforme o direito administrativo, não é como nós queremos, é conforme a lei determina, e elas trabalharam aqui imenso nesta casa, eu fui testemunha disso e, portanto, não nos isentamos de nenhuma responsabilidade, muito pelo contrário, para que os processos pudessem ir de forma capaz para Lisboa. Depois estivemos em Lisboa, e eu também lá fui de propósito, a defender o mais que podíamos os munícipes de Albufeira e conseguimos algumas benesses, pouquíssimas, mas conseguimos algumas. Nós entendíamos que a Conta de Emergência devia servir para ressarcir os danos, e eu sou advogado e entendo que os danos devem ser ressarcidos, e se existe uma Conta de Emergência para ressarcimento dos danos, estes danos são para ser ressarcidos, não em parte, não é para ser parcialmente, uns sim e outros não. Portanto, não foi esse o entendimento. O entendimento foi de que só havia ressarcimento para aqueles que fossem julgados como impossibilitados de se reconstruir por si próprios. Assim, neste momento, estou a ter conhecimento de pessoas (tive hoje também) que estão impossibilitadas de se socorrer pelos seus próprios meios. Porquê? Porque o pensamento deles lá em cima foi: quem puder ir ao banco buscar o empréstimo com juros bonificados, vai ter capacidade de se reconstruir, logo não tem acesso à Conta de Emergência. Este foi o raciocínio que se fez lá em cima. Se eu estou a ter conhecimento, hoje, de pessoas que vão ao Banco e que o crédito lhes é recusado - uma por ter setenta e sete anos, outra porque já pediu um empréstimo para conseguir sobreviver desde o acontecimento, em Novembro passado, e para poder ir comprar mercadorias para fazer o Verão e poder fazer a sua vida, e que agora lhe é recusado o empréstimo porque, como já teve um empréstimo, já não precisa - tendo conhecimento deste tipo de situações, de facto, existe impossibilidade das pessoas por si próprias de irem à Conta de Emergência. Mas eu estou a ter conhecimento desta questão hoje e pedi às pessoas para virem cá para me



passarem essa reclamação para nós a sabermos dirigir lá para cima. Porque me é dito, como desculpa do apertar da teia em relação aos critérios de elegibilidade por Albufeira, que as vítimas da grande cheia da Madeira ainda não receberam nada. E eu disse Senhor Secretário de Estado que isso pode servir para os senhores da Madeira (eu acho que está mal ainda não terem recebido nada mas que ele também herdou essa situação), agora estamos perante a situação de Albufeira e isso não é justificação para que os de Albufeira não recebam. Portanto, nós fizemos tudo o que estava ao nosso alcance. Na questão da Conta de Emergência, na questão de sensibilizarmos o Governo para que aqueles que não fossem elegíveis pudessem ter outras formas, eles próprios construíram essa situação e, tomando eu conhecimento hoje, e foi hoje que tomei conhecimento de que pessoas que não foram elegíveis para serem indemnizadas, e eu considerava e considerarei sempre que o critério estava muito estreito e disse-o, e disse-o alto e bom som, disse-o em público e em privado, portanto, por aí tenho a consciência tranquila, os nossos técnicos que foram para Lisboa, que fizeram parte da comissão (foi uma técnica apenas que fazia parte, a outra ia coadjuvar) defenderam o mais que puderam mas era uma pessoa, e uma pessoa não prevalece num conjunto. Imagine aqui uma pessoa ter uma opinião neste conjunto, numa Assembleia, se só a sua opinião é que vai ser a decidida, se todos os outros tiverem contra? Não é assim que as coisas acontecem. Não obstante a pessoa deve defender aquilo que pensa que é justo e correto e foi isso que os nossos técnicos fizeram, sempre em sintonia com a Câmara Municipal. Portanto, a Câmara Municipal não se desresponsabilizou de forma nenhuma, nem no início nem agora. Aliás, pedi desde o início que fosse declarado o Estado de Calamidade para Albufeira para, precisamente, poderem ser criadas as Contas de Emergência. Não aconteceu mas criaram as Contas de Emergência na mesma. Depois seguiu-se o processo administrativo. Agora, nós estivemos sempre atentos a isso, seguimos o processo com o máximo de atenção, tentámos influenciar ao máximo e foi agora despoletado o seu final, contra a nossa vontade porque queríamos que tivesse sido há muito mais tempo. Aliás, eu disse publicamente, e isso parece que terá ofendido alguém, quanto ao prazo de indemnização, que eu achava que estava a demorar muito tempo porque qualquer pessoa que sofre um dano quer ser indemnizado o mais rápido possível. É uma questão de bom senso. Portanto, a defesa foi feita, tenho a consciência absolutamente tranquila, trabalhámos para os munícipes de Albufeira em tudo o que esteve ao nosso alcance e estamos ainda disponíveis para continuar a trabalhar nessa defesa. Portanto, é um julgamento que eu não aceito, não o engulo de



maneira nenhuma, de maneira nenhuma. Quanto à Conta de Solidariedade, foi decidido recentemente comunicar à Caixa Agrícola para repartir esse dinheiro. Terá que ser de forma proporcional por aqueles que não foram contemplados pela Conta de Emergência, e é isso que se comunicou a Caixa. Estamos a falar de cinco mil euros. Não é para lançar grandes panfletos porque acho que o valor é insignificante. Temos os relatórios dessas pessoas que serão comunicados à Caixa Agrícola por causa das proporções. Terão que ser feitas "regras de três simples" em relação aos danos apurados e atribuir o valor a essas pessoas. Não vai haver aqui nada escondido esteja descansada." -----

Licínio Pereira: "Eu perdi alguma coisa foi totalmente diferente de Albufeira. Foi um metro e vinte ou um metro e meio de água. É só uma opinião pessoal: a Câmara podia fazer um jogo de futebol, uma marcha, um peditório, sei lá, arranjar maneira e esse dinheiro podia reverter para as pessoas que realmente têm uma certa idade e não têm condições. No Verão vemos bancas junto às praias a pedir dinheiro para uma coisa do Norte, Braga, etc., voluntariado com gente nova. Se calhar, depois de quatro ou cinco peditórios, como fazem com os Bombeiros, a seguir dava para ajudar as pessoas mais idosas."-----

Luísa Veiga: "Não entendi bem. Como é que, então, fizeram a seleção se dão às bancas e não dão aos comerciantes das lojas."-----

Presidente da Câmara: "Eu agora não tenho aqui presente as atas mas estou disponível para lhe mostrar as atas onde estão afixados estes critérios todos. Tem a ver também com rendimentos, com o volume de rendimentos, e poderão dizer: "Mas eles não declaram nada", e aí não podemos fazer nada sobre isso mas posso mostrar-lhe os critérios, as atas todas sobre isso."-----

Luísa Veiga: "Conseguem descobrir os nossos rendimentos porque nós declaramos tudo, nas bancas não conseguem."-----

Presidente da Câmara: "Ainda hoje me disseram isso."-----

Luísa Veiga: "E os senhores descobriram porque foi exaustivo, levaram-nos até à exaustão, a apanhar documentos. Tive mais de dez chamadas: "Preciso deste papel e preciso deste papel, desde de dois mil e não sei quantos lá para trás." Ora, uma pessoa que está ali, que trabalha de dia e de noite, ainda tivemos que ir carimbar aquilo para certificar na Polícia, tivemos que pagar, o Doutor desculpe lá mas estou a ser muito honesta em não entender isto. Os senhores têm facilitado as bancas. Naquele jardim, que era de bancas de artesãos, estão bancas de tudo e mais alguma coisa. Não são artesãos de maneira nenhuma, não cumprem sequer o que a Vereadora chega lá e diz,



que é tantos metros do jardim. Eles põem onde querem e lhes apetece, fica pouco espaço. Os chineses e os indianos estiveram este Verão na Avenida da Liberdade. O espaço ocupado por eles, mais o espaço das brincadeiras, que eram com telecomando e eles punham no meio da rua, a passar no meio dos clientes, e punham os empregados, que eram quatro, ou cinco, ou sete, tudo ali a manejar aquilo no espaço onde as pessoas passavam. Nós, se tivermos mais dez centímetros, ou vinte, ou trinta, levamos por tabela. Portanto, não sei porquê, não entendo. Gostava que houvesse uma explicação de qual é a razão desta discriminação uma vez que nós somos de Albufeira, temos aqui as casas há mais de cinquenta, sessenta anos e levamos por tabela sempre que acontece alguma coisa. Vamos alterar aquilo para bar, porque realmente os bares lá no jardim é que estão a dar: bebedeiras, bancas, xixi, porcarias, vomitados. É isto que nós apresentamos ao nosso turismo? Nas bancas ponham pessoas que saibam fazer coisas. Se não puderem ajudar todos, não ajudem. Porque não é justo esse critério de ajudar as bancas que perderam umas coisinhas e não ajudar as lojas que perderam milhões, centenas ou não sei o quê, e ainda temos que pagar aos fornecedores tudo o que ficou do ano passado por pagar. São eles, os fornecedores, que nos estão a ajudar, pode crer que são os nossos fornecedores que nos estão a ajudar porque nós temos que ir pagando à medida que podemos."-----

Não havendo mais intervenções por parte do Público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público - Controlo Analítico Contínuo do Sistema de Abastecimento de Água para Consumo Humano no Concelho de Albufeira - 2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica a Servidores, Storage e Equipamento de Cisco;----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO TRÊS



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Contrato de Extensão de Garantia para Servidores, Storage e Equipamento Cisco para o Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica Solução de Gestão de Filas de Espera (Algardata, SA) - € 4.670,00 +IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário



Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica e Manutenção Servidor de comunicações (Connectis) - € 12.970,00+IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica GIC (Gestão Integrada de Contraordenações) (Sysnovare,Lda)- €7.930,00+IVA;-----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00):-----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica e Manutenção do Sistema de Gestão Assiduidade (Datelka,Lda)- € 8.450,00 +IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência Técnica software gestão piscinas - SportStudio(Arquivandus,Lda)-€ 6.255,00+IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Assistência e Manutenção Envelopadora (Pitney Bowes - Intimus International Portugal) - € 4.500,00+IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Contrato de Atualização de software e Assistência Técnica às aplicações ERP AIRC - € 53.075,00+IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, referente a II Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P., relativo ao alojamento de dois médicos;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de adesão do Município à Associação Portuguesa de Habitação Municipal - APHM;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Roque;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Cândido Reigado: "Esta questão dos caminhos já temos trazido várias vezes a esta Assembleia. É evidente que nós estamos de acordo que eles sejam arrançados mas, aliás, deviam estar aqui contemplados mais alguns caminhos, principalmente nos Olhos de Água. A questão devia ser colocada antes da Ordem do Dia. Se nós pudéssemos falar, o que não é o caso desta Assembleia. É, por exemplo, o caminho que dá acesso ao Bairro de Nossa Senhora de Fátima, nos Olhos de Água. Agora, com estas chuvas, abriu uma cratera. Para se passar lá (fui lá, onde funcionava a Junta de Freguesia, a ver se alguém já tinha ido lá) com um carro tem que se meter uma roda de um lado do buraco e a outra do outro lado. Ontem aconteceu que, no outro acesso que dá para o Roja Pé, com o vento e com a chuva, caiu o andaime daquelas obras e o caminho ficou completamente intransitável. Logo de manhã já lá estavam a retirar os andaimes, presumo que é o pessoal lá das obras: cumpriram as obrigações deles. Só que, do outro lado, como eu acabei de dizer, aquilo está complicado. Além desse grande, já existiam lá uns buraquitos, mas agora, com as chuvas, aquilo está terrível. Além do buraco metade do caminho está às escuras. Embora pense que isso é da competência da EDP, a EDP também devia de dar umas voltinhas e ver o que é que se passa. Além desse problema desse caminho estar metade às escuras por falta de lâmpadas, substituição



de lâmpadas, hoje, quando eu vinha para aqui, aquela parte da entrada dos Olhos de Água, como quem vem dos Olhos de Água para Albufeira, na zona das Três Marias, aqueles candeeiros estavam todos apagados, sete ou oito candeeiros seguidos todos apagados."-----

Presidente da Câmara: " Tomei nota da informação que o Sr. Reigado prestou."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Repavimentação do Caminho do Alpouvar";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário



Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Poço da Ataboeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Amendoal;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DEZASETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho dos Cortesões;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Barnabé e o Caminho da Vinha;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Execução da Empreitada de Repavimentação do Caminho do Poço das Canas e Arruamentos Adjacentes;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "Senhor Presidente, penso que todos os membros, todos nós, estamos lembrados deste ponto. Foi discutido no dia catorze, este ponto, quer dizer, este Direito de Passagem, para dois mil e dezasseis, em reunião de catorze do dez de dois mil e quinze a CDU trouxe uma proposta para que se fixasse a Taxa de Direito de Passagem a 0,25% dado que o pagamento era da responsabilidade das operadoras de telecomunicações. Este ponto foi discutido, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi ler alguns artigos sobre o assunto e chegou à conclusão, assim como os outros juristas que estavam aqui, inclusive o Sr. Presidente da Câmara, que o pagamento efetuado pelas operadoras mas recaía sobre os munícipes. Nós trazíamos aqui esta proposta, mas é como o Sr. Presidente há bocadinho disse: "um entre vinte e tal", quando há uma interpretação dos vinte e tal, a pessoa diz assim: "Como é que eu posso ver e mais a mais falando com juristas?". O que é certo é que, neste momento, o executivo da Câmara faz uma proposta para dois mil e dezassete em que nos deu a razão - eu passo a ler: "A Assembleia Municipal, em sessão de catorze de Outubro de dois mil e quinze, sob proposta apresentada pela Câmara Municipal, deliberou fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,00% para o ano de dois mil e dezasseis. Paralelamente, tendo o Município de Albufeira, mercê do esforço realizado ao nível da



gestão municipal e de uma conjuntura economicamente mais favorável, alcançado o equilíbrio orçamental das contas públicas e um patamar de boa saúde financeira, proporciona-se-lhe e a possibilidade de não agravar a carga fiscal das empresas de redes de comunicação eletrónica", ou seja, as redes de comunicação eletrónica não são pequenas redes. houve um membro até que se referiu a pequenas redes. Pelos vistos nós tínhamos razão e trazemos cá uma proposta, novamente, e aí sim, é para entregarmos mesmo uma proposta. Eu gostaria de dizer aqui, em relação a esta situação, e vou citar o Sr. Presidente da Câmara: "Ao deliberarmos desta maneira os tais 0,00%, foi no pressuposto de estarmos a beneficiar os munícipes de Albufeira." O que aconteceu foi que, ao deliberarmos, deixámos de receber alguns valores, alguns milhares de euros, que deveriam ter sido pagos por estas operadoras e podiam ser, digo eu, para obras sociais. É o que eu tenho a dizer em relação a este ponto e trago aqui uma proposta, que vou ler." -----

Procedeu, seguidamente, à leitura do documento (Doc.1, anexo a esta ata).-----

Presidente da Assembleia: "Não devia intervir mas neste aspeto, como também fui interpolado, devo dizer que, de facto como jurista e não só como consumidor, nós, em Albufeira, já tivemos o Direito de Passagem e nas faturas ele vinha debitado aos Munícipes. Efetivamente, as grandes empresas, nomeadamente as de telecomunicações, as empresas de gás, as empresas de eletricidade, neste caso mais as telecomunicações, têm que pagar ao Município o Direito de Passagem mas depois a Lei não impede que repercutam este Direito de Passagem nos consumidores, e, portanto, o consumidor vê-lo-á na sua fatura (eu estava aqui à procura de uma fatura antiga para lhe poder comprovar esse facto). As empresas podiam debitar o Direito de Passagem no Município de Albufeira e punham a taxa que era somada, obviamente isenta de imposto, à conta. Se nós estamos a taxar a empresa, e partilhamos certamente nesta Assembleia todos este princípio, o que não se aceita é que depois a taxa seja repercutida no consumidor. Porque é o consumidor que vai pagar, não é a empresa. A empresa paga ao Município e cobra ao consumidor, e, portanto, isto não é uma questão de interpretação é de verificarmos todas as faturas que tenhamos de telecomunicações anteriores a dois mil e catorze e verão o Direito de Passagem lá registado. Era só para dizer e reafirmar aquilo que eu referi aqui há praticamente um ano atrás."-----

Presidente da Câmara: "Como fui citado posso dizer agora, outra vez, que penso exatamente da mesma maneira: se for para isentar a empresa, naturalmente, sem que



isso se repercute no cidadão, eu estou aqui na primeira linha para não isentar as empresas. Agora, se se vai refletir diretamente no cidadão e não representa um custo para a empresa, então eu vou desagravar os cidadãos de Albufeira. É nesse sentido que eu disse na altura, e é no sentido que eu o mantenho agora. Entendo que deve ser 0,00% porque isso vai abater a fatura dos cidadãos e a empresa não tem custos nenhuns com isso, além dos custos administrativos, mas a verdade é que esse custo vai abater na fatura do cidadão, esta é a informação que eu tenho. Até estive a olhar aqui para a Lei que rege isto. É de dois mil e treze. Não deve ter havido alteração nenhuma. Eu também tenho ideia, mas não posso jurar, de ter visto em faturas que vem lá Direitos de Passagem. A ideia que eu tenho presente na minha cabeça é de que a Taxa de Direitos de Passagem é cobrada pelas empresas ao cidadão: aquilo que nós lhes cobrarmos, eles vão compensar-se junto do cidadão, ou seja, não é a empresa a suportar o custo mas o cidadão."-----

José Pimenta: "Em dois mil e quinze o Partido Comunista Português apresentou uma proposta em foi aceite que o pagamento é da responsabilidade das empresas de telecomunicações."-----

Presidente da Câmara: "E são eles que pagam."-----

José Pimenta: "Mas não se vai repercutir nos cidadãos, essa é a verdade."-----

Presidente da Câmara: "Nós aqui estamos baseados na legislação de dois mil e treze."--

José Pimenta: "Em dois mil e quinze com certeza que era."-----

Presidente da Câmara: "Não conheço estas Leis novas, não conheço."-----

José Pimenta: " Aliás, eu trouxe essa Lei cá."-----

Presidente da Assembleia: "Sr. Pimenta, mas se tiver aí a Lei, eu escuso de ir á procura dela."-----

José Pimenta: "Eu trouxe a Lei em dois mil e quinze. Sr. Presidente, que necessidade tinha eu de trazer a Lei quando a proposta diz: "proporciona-se-lhe a possibilidade de não agravar a carga fiscal das empresas de redes de comunicação", então está a dizer tudo aqui ou não está a dizer, Sr. Presidente? Diz para não agravar as empresas não diz para não agravar os municípios "-----

Presidente da Câmara: "Porque isso tem repercussão nos Municípios. Se não tiver, eu estou do seu lado, se não tiver a repercussão nos Municípios, como o Senhor está a dizer, eu concordo consigo inteiramente."-----

José Pimenta: "Eu faço uma proposta: nós vamos ter mais reuniões. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tente saber, junto da Associação Nacional de Municípios, se



isto que eu estou a dizer é verdade ou não, e depois traga-me esta resposta. Se não for assim, eu avanço com a proposta, não tenham dúvidas, e não é para prejudicar os municípios."-----

Presidente da Assembleia: "Aquilo que eu aqui tenho é uma alteração de dois mil e quinze. Eu não sou dono da verdade."-----

José Pimenta: "Nem eu quis ser."-----

Geraldes Simões: "Temos que ter uma definição sem sombra de dúvidas porque todos estamos de acordo: se as empresas vão repercutir os custos nos seus clientes, estamos de acordo que não sejam taxadas para os clientes não pagarem, mas para isso é necessário que haja a certeza absoluta de que é assim. Se houver a mais pequena dúvida, eu penso que se calhar é preferível retiráramos isto e vir novamente com uma certeza absoluta. De Leis estou a zero e, portanto, acho é que, se assim for, tudo bem. Se assim não for, se aqui há garantias de que é assim, não temos problemas nenhuns. Se houver a mais pequena dúvida, acho que é de bom senso repensar."-----

Presidente da Assembleia: "Em dois mil e quinze eu estive a ver a alteração e diz unicamente isto: São da responsabilidade das empresas de telecomunicações, na Lei de dois mil e quinze não proíbe a repercussão, portanto, foi alterado o artigo cento e seis que diz: "Nos Municípios em que seja cobrada a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, as empresas que oferecem redes e serviços de telecomunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento", não proíbe a repercussão. É isto que eu estou a dizer: ainda não vi a proibição da repercussão. Há uma alteração em dois mil e dezasseis que se refere às fidelizações e, portanto, não vejo, e estou na ANACOM (Autoridade Nacional das Telecomunicações), aqui essa especificidade. Estou a tentar ver as alterações que foram feitas. Como lhe digo foi em dois mil e dezasseis, dezassete de Junho, em dois mil e quinze, três de Setembro, as outras ainda não percorri todas e estou convencido que não vou encontrar porque já no ano passado, estávamos em dois mil e quinze, lemos isto e não reparámos nessa alteração. Esta é de Setembro e diz unicamente que o pagamento é da responsabilidade das empresas porque a taxa se aplica às empresas mas não impede de repercutir nos consumidores. Posso oficiar à ANACOM para que nos dê essa informação com carácter de urgência e podemos fazer este aditamento para o dia dois. Estou convencido que não haverá problema de maior para o Município adiarmos isto para quarta-feira, para o dia dois. Podemos, se o Sr. Pimenta não vir inconveniente nisso, oficiar amanhã à ANACOM no sentido de nos esclarecer sobre



esta situação. Posso também, já agora por uma questão de facilidade, mandar ao Grupo Parlamentar da CDU porque, como diz que tiveram a iniciativa legislativa, também podemos demandar essa questão porque pode haver uma interpretação a que nós não tenhamos acesso. Não me importo nada de lhes cobrar desde de que não me cobrem também a mim, por isso não me custa nada."-----

José Pimenta: "Do que eu me queixava era que, havendo dúvidas... Mesmo que não seja até ao dia dois. Vamos ter, de certeza, uma reunião ordinária em Novembro ou Dezembro e daria mais tempo ao Sr. Presidente para ver essa situação."-----

Presidente da Assembleia: "A única coisa que eu digo é que estes quatro pontos vieram neste aditamento por um motivo: foi única e exclusivamente pela urgência dos serviços. Foi solicitado pelos serviços uma urgência porque que tinham que cumprir prazos para notificar e para procedimentos administrativos. É isso que eu estava a perguntar ao Senhor Presidente, se traz algum inconveniente adiarmos esta decisão para o dia dois."-----

Presidente da Câmara: "Inconveniente traz sempre mas como não estamos a falar de grandes valores, e, pelo que vejo a Assembleia vota 0,00 % se se repercutir no cidadão, não haverá problema. O PCP também pensa assim, não é? Toda a gente pensa assim, não é? Se não se puder repercutir no cidadão, vamos pôr sempre a questão de não se puder repercutir, se eles puderem repercutem sempre, se a empresa puder repercutir no cidadão, então votamos taxa 0,00%, é isso? Eu estou a perguntar isto porque tenho que trocar uma opinião com o Senhor Dr. Rolo porque amanhã vou já tentar saber isso tudo. Como temos o Orçamento já marcado e aí temos prazos a cumprir para segunda-feira, se não estou em erro, vou ter que ter mais ou menos a certeza do que é decidido em Assembleia Municipal para poder fazer um Orçamento com as previsões correspondentes. Pelo que eu já entendi se no dia dois mantiverem a indicação, a previsão sairá correta. Amanhã vou procurar informação sobre essa matéria e vou telefonar para o Grupo Parlamentar da CDU e para o Partido Comunista. Telefono para todos se for preciso."-----

Presidente da Assembleia: "Então, nós faremos o seguinte: proponho que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos e iremos colocá-lo no dia dois. Sairá amanhã um aditamento com a inclusão deste assunto na esperança de que, até à hora da Assembleia termos a resposta por parte das entidades competentes."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada do ponto."-----



VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

Foi retirada a proposta do Sr. José Pimenta e foi aprovado por unanimidade retirar o ponto para inclusão no dia dois. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Eugénia Baptista: "Hoje estamos aqui para aprovação da Taxa de Derrama. A Câmara Municipal aprovou a isenção de derrama para as empresas com faturação até 150.000,00 €, no que houve unanimidade na reunião. Já quanto às empresas com faturação acima de 150.000,00 €, foram feitas duas propostas: uma em que se propunha a Taxa de 1,5 % e outra de 0,75%, que venceu com os votos a favor dos Vereadores do PS e da Vereadora do VIVA. O PSD de Albufeira na Câmara Municipal votou, neste caso, por uma Taxa de 1,5%. As razões que nos levam a pensar se é correto proteger as pequenas empresas, isentando-as e, neste sentido, o PSD de Albufeira fez a sua proposta de isenção, já não faz qualquer sentido que empresas lucrativas, sediadas ou com estabelecimento em Albufeira, não contribuam com uma pequena parte do seu lucro para a despesa pública. Falamos de todo o tipo de empresas que têm lucro. Acentua-se o facto de termos aqui grandes empresas que montaram os seus negócios e em nada contribuem para a despesa pública, empresas que vieram para



Albufeira por considerarem ser uma boa zona para fazerem negócios e que daqui levam o dinheiro que entra em Albufeira, e que entra para as suas caixas e dali para fora do nosso concelho. Quer isto dizer que Albufeira atrai riqueza e temos aqui grandes empresas que levam o dinheiro consigo. Ficamos a ver passar o dinheiro! O que fazem algumas dessas empresas de retorno? Que se saiba, criam emprego precário, dizimando uma série de pequenos comerciantes e empregadores, emprego que é por norma precário, a prazo e, em grande parte, com salários mínimos. Digam-nos que ações de carácter social ou de formação dos trabalhadores que os possam qualificar para serem melhores trabalhadores promovem? Alguém conhece essas ações de carácter social destinadas aos trabalhadores da casa? Para além de salários mínimos, que medidas boas para os trabalhadores tomaram? E fora de casa? Gostaria que nos fossem enunciadas as obras ou ações de carácter social feitas por essas empresas em Albufeira. E vou dar alguns exemplos: bancos ou grandes superfícies, empresas que aqui lucram bastante, porque se assim não fosse cá não estariam. E digam se existe algum motivo que nos possa fazer mudar de opinião quanto a considerarmos que, em relação ao lucro que operam. Têm a obrigação de deixar qualquer coisa para o bem público e não existe nenhum motivo para que sejam isentas. Seja esta isenção de que valor percentual for, nós, no PSD de Albufeira, não encontramos motivo para qualquer isenção. Caberá ao Município fazer a distribuição desse dinheiro por quem mais precisa, designadamente para as classes mais desfavorecidas, para bolsas de estudo, para apoio ao arrendamento aos que podem cair no desemprego, aos mais desfavorecidos, aos doentes, no apoio a população sénior e na formação da juventude. Além disso este foi um bom ano turístico, em que o lucro destas empresas aumentou, e por isso não existe mesmo motivo algum de isenção. Faça-se a dedução da receita municipal noutros lados, em benefício da população de Albufeira. Já fizemos a descida do IMI para a taxa mínima, a Câmara também quer baixar as taxas de água e de resíduos urbanos e, isto sim, são medidas positivas para os Albufeirenses e para as suas famílias. É nos Albufeirenses e nas suas famílias que devemos centrar os resultados de uma boa gestão Municipal, onde incluímos todos, sabendo nós que a maioria da população de Albufeira merece este alívio proporcionado pela boa gestão Municipal das finanças públicas. É nestes valores que o PSD de Albufeira acredita. Estamos a falar de uma receita de cerca de um milhão e duzentos mil euros e não faz qualquer sentido reduzir esta receita a metade, ou seja, conforme o que foi fixado no ano passado e conforme a proposta de agora, do PSD de Albufeira. Assim, propomos



que esta Assembleia Municipal delibere o Lançamento de Derrama em 2017 fixado na taxa de 1,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros e isentar o pagamento de taxa para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros.-----

José Pimenta: "Uma pergunta que eu faço é a seguinte: eu penso, se eu não estou em erro, não tenho presente, que no ano passado o volume inferior aos cento e cinquenta mil era isento e a partir dos cento e cinquenta mil era 1,5%, é isso?-----

Presidente da Câmara: "É isso mesmo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação, em alternativa, a proposta da Câmara Municipal e a proposta apresentada pelo PSD. -----

Votação da Proposta da Câmara Municipal: -----

Votos a Favor: dez (10): Anacleto Baptista, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues Fernando Cabrita, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório.-----

Votação da Proposta apresentada pelo PSD:-----

Votos a Favor: quinze (15): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta apresentada pelo PSD, de a fixação de uma taxa de 1,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00€ foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia colocou à votação a isenção do pagamento de taxa para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido



Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da Taxa de Participação Variável no IRS;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Cândido Reigado: "Sobre esta questão a CDU tem a posição de reivindicar aquilo que é atribuído pelo Governo às Câmaras Municipais. Para nós isso não tem qualquer problema. Discordamos é da proposta da Câmara da devolução do IRS às pessoas porque não vai beneficiar quem mais necessita. Vai beneficiar aqueles que realmente já têm ordenados razoáveis, bons ordenados, e aqueles que ganham o ordenado mínimo nacional ou inferior a isso, porque infelizmente são muitos, trabalhadores mesmo na hotelaria que ganham ao dia, através de trabalho temporário, trabalhadores que hoje estão num hotel, amanhã vão para outro, no dia seguinte não sabem se vão ter trabalho ou não, nem sequer chegam a atingir o escalão para fazer o IRS. Todas estas pessoas, de facto, não têm qualquer benefício. Nós defendíamos que a Câmara Municipal deveria utilizar esse dinheiro em benefício dos mais necessitados. É isso que nós defendemos no ano passado e continuamos a defender este ano.-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Aluguer de Viatura(s) com Condutor para Limpeza dos Coletores das Redes de Águas Residuais e Pluviais, até ao limite de € 74.999,00+IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "A questão que eu queria pôr é a seguinte: se por acaso estes serviços já eram efetuados por empresas privadas ou se isto é um serviço novo que vai aparecer na Câmara? Penso que, por esses valores, se calhar seria mais proveitoso para nós, para a Câmara, comprar um veículo e ter um condutor. Agora estar a fazer assim, não compreendo bem. Se o Sr. Presidente poder explicar ou a Sra. Vereadora, eu gostaria".-----

Presidente da Câmara: "Nós temos capacidade dentro do Município e temos algumas máquinas. Máquinas, inclusivamente, novas. Temos um camião novo também para fazer limpezas mas é insuficiente. Temos este recurso que é o trabalho de muita, muita extensão, muitas, muitas canalizações que têm que ser limpas e daí a incapacidade dos nossos serviços. Mesmo trabalhando fora de horas para poder realizar as limpezas todas que têm que ser feitas de forma a maximizar as nossas infraestruturas, são os próprios serviços que nos vêm solicitar com urgência porque estamos numa época em que não podemos esperar para termos realmente a intervenção, já que no Verão não a podemos fazer, por razões óbvias. Não íamos estar a fazer intervenções de limpeza nas zonas centrais, de turistas, porque, por vezes, são suscetíveis de lançar maus cheiros. Portanto é uma intervenção que se pretende urgente, rápida e que seja eficaz para a época de chuvas que se avizinha".-----

José Pimenta: "Se eu entendi bem, a Câmara, neste momento, necessita urgentemente destes serviços mas posteriormente analisará."-----

Presidente da Câmara: "Podemos, eventualmente, não voltar a necessitar. Isto é uma necessidade pontual, também de acordo com o que sucedeu no ano passado e de prevenção em relação a este ano".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

VINTE E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Apoio no pagamento de atividades desenvolvidas pela APEXA para o munícipe João Francisco;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Lurdes Meirinho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Teixeira Dias.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, da qual foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 27 de Outubro de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

